



**Assembleia Legislativa do Estado do Acre  
Legisla-e**

**LEI COMPLEMENTAR Nº 365, DE 19 DE DEZEMBRO 2019**

Altera dispositivos da Lei Complementar nº 355, de 28 de dezembro de 2018.

**Data de Criação**

19/12/2019

**Data de Publicação**

26/12/2019

**Diário de Publicação**

Publicado no Diário Oficial do Estado (DOE) nº 12708, de 26/12/2019

**Origem**

Não informada

**Tipo**

Lei Complementar

**Temática**

- Saneamento Básico
- Transporte E Trânsito
- Alteração de Artigos

**Autoria**

- Poder Executivo

**Altera**

- Lei Complementar Nº 355/2018

**Alterada por**

- Sem Alterações

## Texto da Lei

### LEI COMPLEMENTAR Nº 365, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2019

Altera dispositivos da Lei Complementar nº 355, de 28 de dezembro de 2018.

## O GOVERNADOR DO ESTADO DO ACRE

**FAÇO SABER** que a Assembleia Legislativa do Estado do Acre decreta e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

**Art. 1º** Os arts. 31, 32, 38 e 47 da Lei Complementar nº 355, de 28 de dezembro de 2018, passam a vigorar com a seguinte redação:

**“Art. 31. ...**

...

**j)** Secretaria de Estado de Infraestrutura – SEINFRA:

...

**m)** Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Regional – SEDUR;

**Art. 32. ...**

...

**XVII** – Secretaria de Estado de Infraestrutura – SEINFRA:

**a)** executar políticas governamentais estratégicas nas áreas de transporte, energia, saneamento, recursos hídricos e obras públicas;

**b)** estabelecer e executar a logística necessária ao desenvolvimento de ações de infraestrutura;

**c)** executar e fiscalizar obras públicas das áreas de infraestrutura e edificações, inclusive obras de saneamento;

**d)** executar e fiscalizar ações de manutenção de infraestrutura em prédios, parques e vias públicas;

**e)** executar e fiscalizar manutenções emergenciais e programadas nas obras de infraestrutura e saneamento;

...

## **XVIII – ...**

...

**l)** estabelecer, coordenar e executar a política estratégica de compras do Poder Executivo, ressalvadas as exceções legais e a possibilidade de descentralização da execução dos processos licitatórios nas áreas da saúde e infraestrutura, conforme disposto em decreto governamental.

...

## **XXII – Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Regional – SEDUR:**

**a)** formular, coordenar, implementar, acompanhar e avaliar as políticas de desenvolvimento urbano e regional no Estado de forma científica, com base em pesquisa, dados reais, simulações e estudos;

**b)** emitir orientações e recomendações, através de resoluções, relacionadas ao desenvolvimento urbano e regional do Estado, particularmente a implementação das diretrizes e instrumentos da Lei Federal nº 10.257, de 10 de julho de 2001 e das demais normas e atos relacionados ao desenvolvimento urbano e regional;

**c)** identificar obstáculos ao desenvolvimento regional no Estado;

**d)** identificar oportunidades de desenvolvimento regional no Estado;

**e)** apoiar os municípios no fortalecimento à gestão urbana e na garantia do controle social;

**f)** estabelecer os projetos prioritários para o desenvolvimento urbano e regional através das obras de infraestrutura;

**g)** assistir, amparar, desenvolver, prestar serviço ou realizar estudos setoriais, projetos, perfis, programas e análises de viabilidade de interesse para a economia estadual ou nacional, quando para isso solicitada, mediante instrumentos hábeis;

**h)** formular, coordenar, implementar, acompanhar e avaliar as políticas habitacionais no Estado de forma científica, com base em pesquisa, dados reais, simulações e estudos;

**i)** representar o Estado em conjunto com a governadoria, junto às instituições financeiras públicas na operacionalização de programas de habitação de interesse social e desenvolvimento urbano;

**j)** congrega esforços dos diversos segmentos sociais, para adoção de políticas eficientes e solidárias, objetivando o desenvolvimento urbano e habitacional popular;  
e

**k)** planejar, elaborar e coordenar projetos técnicos de obras públicas do Estado, realizando as fiscalizações respectivas;"

...

**Art. 38. ...**

...

**IV - Secretaria de Estado de Infraestrutura – SEINFRA:**

...

**X – Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Regional – SEDUR:**

**a)** Departamento Estadual de Águas e Saneamento - DEPASA;

**b)** Departamento de Estradas de Rodagem, Infraestrutura Hidroviária e Aeroportuária do Acre - DERACRE;

**c)** Instituto de Terras do Acre – ITERACRE;

**d)** Fundação de Tecnologia do Estado do Acre – FUNTAC.

**Art. 47. ...**

**§ 1º ...**

**§ 2º** Nas hipóteses previstas no § 1º, fica assegurado ao militar nomeado o uso de uniforme, distintivos, insígnias e emblemas militares correspondentes ao posto ou à graduação. (NR)

**Art. 2º** Os direitos, créditos e obrigações decorrentes da extinção da Secretaria de Estado de Relações Políticas e Institucionais – SRPI, bem como decorrentes da criação da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Regional – SEDUR, serão regulamentados através de decreto governamental.

**Art. 3º** Ficam revogados os seguintes dispositivos da Lei Complementar nº 355, de 28 de dezembro de 2018:

**I** – o inciso XX do art. 32;

**II** – as alíneas “f”, “g” e “h” do inciso XVII do art. 32;

**III** – a alínea “e” do inciso VIII do art. 32;

**IV** - a alínea “e”, do inciso X do art. 32;

**V** – a alínea “a” do inciso I do art. 38;

**VI** – a alínea “b” do inciso III do art. 38; e

**VII** – as alíneas “a” e “c” do inciso IV do art. 38.

**Art. 4º** Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Rio Branco-Acre, 19 de dezembro de 2019, 131º da República, 117º do Tratado de Petrópolis e 58º do Estado do Acre.

**Gladson de Lima Cameli**

Governador do Estado do Acre